



FIG. 1

Uma janela aberta sobre a cidade de *Olisipo*: pormenor dos vestígios conservados no claustro da Sé.

Uma rua da cidade romana, de orientação Sul-Norte (*kardo*), pavimentada com lajes calcárias, sob a qual existe uma cloaca (esgoto), no eixo da via. A rua vai vencendo o declive por pequenos degraus que pontuam a via de inclinação mais suave que brusca. Em época tardia, uma parede cortou este eixo viário, redefinindo o desenho urbano (créditos fotográficos: © CML | DMC | GEO).



Introdução

CARLOS FABIÃO

A partir daqui, iniciaram-se as obras de paz com um ardor maior do que a enorme energia com que fora levada a cabo a guerra [...] Tarquínio [mítico rei de Roma] prepara-se para rodear a cidade [...] com muralhas de pedra [...] por outro, procede à drenagem das zonas baixas da cidade [...] por meio de esgotos em desnível desembocando no Tibre, porque era com dificuldade que escoavam a água de locais tão planos.

Tito Lívio, História de Roma *Ab Vrbe Condita*, Livro 1, 38, 5-7 (tradução de Paulo Farmhouse Alberto).

Assim assinalou Lívio um importante passo da materialização da cidade de Roma: com muralhas de pedra e esgotos, drenando para o rio. É por isso expectável que assim se materializassem outras cidades romanas, com muralhas de pedra e esgotos. As primeiras, delimitando o perímetro urbano, assinalando simbolicamente o espaço da cidade e separando-o do mundo exterior. Os segundos, assegurando a salubridade do espaço habitado, teriam de ser concebidos antes do desenho dos espaços públicos e residenciais, moldando assim o desenho urbano. Dois equipamentos que moldariam a morfologia da cidade romana.

O presente volume do Projeto **Lisboa Romana** | *Felicitas Iulia Olisipo* ocupa-se da morfologia da cidade, tarefa assaz complexa, porque não conhecemos suficientemente essa morfologia, há demasiadas zonas de sombra. O conhecimento que se vem construindo sobre a cidade romana é errático e imprevisível, decorrendo das possibilidades que vamos tendo de obter “janelas” de observação abertas sobre o que teria sido a antiga cidade,

estritamente relacionadas com os acasos de obras de reabilitação ou de renovação de edifícios e equipamentos. Mas também condicionadas, todas essas observações, pelo grau de preservação dos vestígios dessa *Olisipo* subjacente a todas as outras cidades que conheceu o sítio de Lisboa. É como tentar fazer um *puzzle* de que não se conhece o desenho original, nem o número de peças que o compõe: tarefa tão fascinante quanto ingrata (FIG. 1).

Uma outra ordem de limitações prende-se com a dinâmica própria da cidade romana. Por definição, uma cidade é uma estrutura extremamente flexível e dinâmica, que cresce, se contrai e modifica, à medida que o tempo passa. Estabelece áreas de crescimento, transforma o espaço ocupado, refaz-se, reconfigura-se ao sabor dos conceitos, desejos, vontades e tendências de cada época. Quando falamos da cidade de *Felicitas Iulia Olisipo*, de que cidade falamos? Da que se desenhou e configurou em torno da viragem da Era, quando lhe foi outorgado o estatuto de *Municipium Civium Romanorum*, mencionado por Plínio-o-Velho (*Nat.* 4, 117), uma dignidade sem paralelo no ocidente peninsular? Quando tal sucedeu, o aglomerado ali existente levava já cerca de um século de contacto com os romanos. O *Municipium* instalou-se em lugar previamente ocupado, onde existia já um povoado indígena, da Idade do Ferro, como o designa a terminologia arqueológica. Como era essa povoação anterior, uma vez que os escassos dados disponíveis não permitem fazer uma ideia da sua morfologia? E como lidaram os romanos com essa preexistência? O que conservaram e o que modificaram? Como conciliaram a nova urbe com o primitivo povoado?

Desenhar a cidade de raiz, em lugar não previamente construído, permite aplicar modelos urbanos preconcebidos, ao jeito romano, e disso temos conhecimento em alguns lugares do ocidente peninsular, onde cidades se desenharam de novo, como a capital da província da Lusitânia, *Colonia Augusta Emerita* (hoje Mérida, em território espanhol), como *Bracara Augusta*, sob a atual cidade de Braga, ou em aglomerados de menor entidade e relevância, como a cidade de *Ammaia*, junto de S. Salvador da Aramenha, no concelho de Marvão. Das cidades desenhadas sobre antigos aglomerados indígenas, sabemos pouco.

Mas a cidade da viragem da Era não permaneceu imutável. Com o desenvolvimento das navegações atlânticas ao longo do século I, depois da fixação da fronteira noroeste do Império Romano, nas zonas dos atuais Países Baixos e Alemanha (a província da *Germania Inferior*), e da conquista da *Britannia*, a fachada ocidental da Península Ibérica ganhou relevância no apoio aos transportes de abastecimento aos contingentes militares sediados nessas regiões fronteiriças. Por muito importantes que fossem antes as viagens pela fachada atlântica peninsular, o tráfego adensou-se seguramente e as necessidades logísticas cresceram também. Não custa crer que a própria cidade se reconfigurasse em função da sua orla ribeirinha, por relevante que já fosse esse espaço. Basta pensar na transformação de Lisboa, no século XVI, quando ganhou relevância crescente o Império marítimo. Terá sido também assim no período romano?

E que aconteceu à cidade pagã, quando no século IV d.C. o Império Romano assumiu o cristianismo como religião de Estado? Quando o edificado da velha cidade perdeu sentido e foi necessário criar novos edifícios para as novas vivências? A nova cidade, por vezes designada *Olisipona*, em fontes mais tardias, mas ainda romanas, como se teria reinventado no tecido preexistente?

Como vemos, interrogações várias e suficientes para criar acrescidas dificuldades a um

qualquer ensaio de reconstituição da morfologia da cidade romana. A arqueologia vai dando algumas respostas. Conseguimos perceber que há edifícios que se desenharam sobre as ruínas de outros. Que a cerca delimitadora da cidade tardia, do século IV d.C., se fez por cima das ruínas de casas anteriores ou incorporando as suas paredes no miolo da nova muralha, usando frequentemente cantarias e silhares que já tinham conhecido outros usos. Conseguimos perceber que há momentos em que a cidade cresce para cima de anteriores áreas exteriores, como se verifica no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (NARC), da Fundação Millennium, onde se construíram novos edifícios por sobre um antigo espaço sepulcral que, por definição, se situaria fora do perímetro urbano, mas como nessa mesma área, em épocas tardias, se voltaram a instalar sepulturas. Assim percebemos como a cidade se distende e contrai, ao longo do tempo, ou como antigas áreas de produção de preparados de peixe se transformam em lixeiras, pelo abandono da primitiva função (FIG. 2).

O que se ensaiou no presente volume foi um ponto de situação sobre os nossos conhecimentos, não de uma *Olisipo* estática, registada em um só instante da sua longa história, mas antes em abordagem abrangente, de indagação das distintas configurações que a cidade foi assumindo.

Para captar a morfologia urbana, em imagem a traço grosso, passe a expressão, elegemos aqueles que seriam os elementos fundamentais da vivência urbana, que Tito Lívio registou na sua obra consagrada à fundação de Roma: as muralhas e o saneamento urbano, aqui entendido não somente como a rede específica de esgotos, mas como todo o complexo processo de gestão dos vários resíduos. Para melhor perceber como entendiam a urbanidade os antigos, socorremo-nos de um outro autor, o grego Estrabão, que francamente elogiou alguns equipamentos das cidades romanas, por comparação com as práticas usuais das cidades gregas. Registamos, concretamente, uma dualidade valorizada por



FIG.2

Enterramento tardio no interior de uma cetária desativada, conservado no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (NARC). Depois de abandonado o edifício dedicado à produção de preparados de peixe, o espaço foi reutilizado como cemitério (créditos fotográficos: Fundação Millennium BCP | NARC).

aquele autor: os “rios de água correndo pelos aquedutos e pelos esgotos” (Estrabão, V, 3, 8). De facto, a cidade romana necessitava de abundante abastecimento de água, não só para os mais básicos consumos humanos e animais, mas também para os estabelecimentos de banhos, sem esquecer as necessidades peculiares das cidades portuárias, onde os navios fazem “aguada” antes de seguir viagem. Tanta água entrada na cidade tinha necessariamente de sair – “rios de água correndo pelos aquedutos e pelos esgotos”.

São estes, em linhas gerais, os temas do presente volume: uma abordagem preliminar à relevância que a cidade de *Felicitas Iulia Olisipo* teria: simultaneamente, ponto de encontro entre Mediterrâneo e Atlântico, cabeça de um dinâmico estuário com múltiplas atividades económicas, várias delas complementares, e interface de comunicação com o interior, em geral, e a capital provincial *Augusta Emerita*, em particular. Um ensaio de abordagem à morfologia urbana, entendida em sentido lato; às diferentes muralhas que a cidade conheceu

na Antiguidade. Uma atenção especial foi aqui dada ao monumento romano mais conhecido de Lisboa, o criptopórtico do subsolo da Baixa. As razões deste destaque prendem-se, por um lado, com as relevantes novidades que a investigação em curso pôde obter e, por outro, por estar em curso um projeto que renovará substancialmente a relação dos visitantes com o monumento. Após décadas de controvérsia sobre se seria um edifício termal ou um criptopórtico, sobre o monumento conservado no subsolo de Lisboa a recente investigação operou a “conciliação”: é um criptopórtico que suporta um edifício termal, provavelmente, as grandes termas públicas do porto de *Olisipo*.

Finalmente, damos também a devida atenção a esses dois temas fundamentais que são a condução e abastecimento de água e a gestão dos resíduos urbanos.

O presente volume constitui obra coesa em torno do seu tema. Contudo, ganhará bastante o leitor interessado se complementar a abordagem a esta obra com a leitura dos outros volumes que compõem esta série.